

Empenho com ações também é pouco na Câmara

Deputados examinaram 15 dos 36 requerimentos enviados pelo STF e não aprovaram nenhum

BRASÍLIA — A falta de vontade para permitir que os colegas sejam processados também prevalece entre os deputados. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara examinou nos últimos anos menos da metade do número de pedidos de licença enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dos 36 pedidos, apenas 15 foram votados. Assim como no Senado, não foi autorizada instauração de processo contra nenhum deputado.

“É um milagre conseguir votar 15 processos aqui”, definiu o presidente da CCJ, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Mas ele mesmo admite que nunca viu a Câmara conceder autorização para que a Justiça processasse um parlamentar. A CCJ costuma arquivar todos eles.

No Senado, o desempenho da CCJ é ainda mais lento. Dos 27 processos contra senadores que estão engavetados na comissão, 17 aguardam distribuição para algum relator — um procedimento que depende apenas da boa vontade do comando da CCJ. É isso que ACM decidiu acelerar.

O deputado Hélio Bicudo (PT-SP) — um dos juristas da Câmara conhecidos como “vampiros”, por causa das sindicâncias que fazem para investigar denúncias contra colegas — costuma lembrar que “não existe julgamento no Legislativo que não seja político”. É exatamente esta a principal razão da impunidade de parlamentares que atentaram contra a ética e o decoro — cuja punição é a cassação do mandato — ou, pior, cometeram crimes previstos no Código Penal, mas estão sob o abrigo da imunidade parlamentar, criada para proteger apenas os votos, palavras e opiniões.